

COVID-19

Manuel Carmo Gomes: “Estamos com um problema: não conseguimos ver o pico”

Manuel Carmo Gomes, um dos peritos ouvidos pelo Governo, diz que Portugal deve atingir os cinco mil casos diários em meados de Novembro. Modelo que permitiria manter actualizados diariamente os níveis de risco de transmissão a nível concelhio estava a ser construído, mas foi suspenso.



Patrícia Carvalho

22 de Outubro de 2020, 18:54



Especialista defende medidas rápidas e proporcionais a nível concelhio, para controlar a pandemia **NELSON GARRIDO**

Portugal ultrapassou nas últimas 24 horas os três mil novos casos diários de covid-19, mas isso não é nada que surpreenda Manuel Carmo Gomes, professor de Epidemiologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e um dos peritos ouvidos pelo Governo no combate à pandemia. Se, há dois dias, Carmo Gomes era o primeiro autor de um editorial em que um grupo de especialistas dizia que iríamos chegar a Novembro com 3500 casos diários, agora vai mais longe: “Deveremos atingir os cinco mil casos lá para o



meio de Novembro”, diz ao PÚBLICO. E, para já, não é ainda possível prever quando atingiremos o pico desta segunda vaga, afirma.

Os 3270 casos reportados pela Direcção-Geral da Saúde (DGS) esta quinta-feira devem ser olhados com alguma cautela, diz o professor, lembrando que grande parte dos laboratórios que realiza os testes “não trabalha ao fim-de-semana”, pelo que o normal é haver menos casos no início da semana e um número mais elevado a partir de quarta ou quinta-feira. Ou seja, diz o especialista, estes números não reflectem as pessoas que foram efectivamente infectadas nas últimas 24 horas, mas os casos que foram reportados. “Por isso, a única maneira de trabalhar é com médias de sete dias, que alisam este ruído todo”, diz.

Junta-se a isto o que Manuel Carmo Gomes chama de “décalage” - ou seja, os contactos reais que acontecem no terreno e aqueles que são efectivamente diagnosticados e contabilizados. Essa discrepância entre os dois valores tem vindo a aumentar, o que é um indicador claro da velocidade a que a pandemia se tem vindo a expandir. “Há três semanas essa décalage era de 200 ou 300 casos, agora estamos a calcular que seja de 600. Quando um número aparece nas estatísticas, já estamos muito acima disso”, realça.

Com a perspectiva de atingirmos os cinco mil casos em meados de Novembro, há outra previsão que Manuel Carmo Gomes não é ainda capaz de fazer - quando é que atingiremos o esperado pico da pandemia, depois do qual, se tudo correr dentro da normalidade, o volume de casos começará a descer. “Estamos com um problema, não conseguimos ver o pico. O pico neste momento é mais infinito, o R não estabiliza”, refere.

O R é um indicador que define o número médio de contágios causados por cada pessoa infectada. Para se considerar que o pico foi atingido, o R deve aproximar-se de 1, mas por enquanto, esse número ainda não está no horizonte, afirma o especialista: “Desde 23 de Setembro que o R vem a aumentar devagarinho. De momento, parece ter estabilizado, mas precisamos de mais uns dias, para confirmar se é assim, e para que ele comece a caminhar em direcção a 1. Quando isso acontecer, conseguiremos saber qual é o pico e quando é que ele vai acontecer. Neste momento, teremos um R de 1,24.”

Salientando que a transferência do maior número de casos da zona de Lisboa e Vale do Tejo para o Norte do país (que teve 1954 dos 3270 novos casos, o que representa 59,7% do total) é “normal” na evolução de uma epidemia, em que os números tendem a crescer ou diminuir em diferentes regiões ao longo do tempo, avisa que o mais importante é não pensar que o maior número de casos num local, num determinado momento, é a prova de que o problema desapareceu nos outros locais. “Se de repente há um surto num local, como o Algarve, por exemplo, começamos a ver os casos a subir ali, enquanto podem estar a descer em Lisboa. São ciclos normais numa epidemia. Não podemos é pensar que na nossa região já está bom, que o problema já passou. Não é nada disso.”

Trabalho em suspenso

O perito, à semelhança de outros especialistas que aconselham o Governo, defende que a melhor forma de tentar controlar o crescimento da pandemia é intervindo a nível concelhio, de forma rápida e proporcional ao risco que o local representa em termos da



transmissão. Para que isso fosse possível, uma equipa com especialistas da FCUL, do Instituto Superior Técnico, do Instituto Ricardo Jorge e da DGS estava, há mais de um mês, a desenhar um modelo que permitisse definir diferentes níveis de risco, em termos gerais, e que medidas aplicar a cada um desses níveis, por cada concelho. Um trabalho que implicava a actualização diária do número de casos para cada concelho, para que fosse possível manter esse nível de risco permanentemente actualizado.

Só que o processo foi suspenso, porque não houve, por enquanto, uma demonstração da parte do Governo de que pretendia aplicar este modelo. “Estávamos a trabalhar num conjunto de propostas para as medidas a aplicar, dependendo dos níveis de risco, mas o trabalho está suspenso. Estar a trabalhar sem sentir que o que se faz vai ser implementado, não vale a pena. Não foi fechada a porta [pelo Ministério da Saúde], talvez a vá reabrir quando vir que não há outra solução”, diz Manuel Carmo Gomes, lembrando que foi uma solução deste género que foi implementada na Nova Zelândia, desde Março.

Ainda assim, diz compreender que existam reservas por parte do Ministério da Saúde. “Estes critérios e orientações são estritamente do foro epidemiológico. Compreendo que a senhora ministra [Marta Temido] tem de se preocupar com outros factores, sociológicos, económicos e até políticos. Tem de ponderar, compreendo que se hesite. Agora, há aqui um método que talvez funcione e que evita que Portugal feche todo. Esta é a nossa proposta, se as pessoas entendem que não pode ser, resta-nos esperar que apresentem uma alternativa. Rezo para que exista, mas eu não vejo outra.”

aicirtap.ohlavrac@ocilbup.tp